

anc...
Minist. Fazenda

Funaro anuncia ao PMDB plano para derrubar juros

Do Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilon Funaro, 53, anunciou ontem à bancada do PMDB no Congresso constituente que o governo adotará nos próximos dias medidas para baixar os juros no mercado interno, que na opinião dele "são causa e efeito da inflação". Com esse objetivo, o presidente do Banco Central, Francisco Gros, deverá reunir-se com representantes dos banqueiros. "Temos quase que adotar um choque na sociedade para que os juros caiam", antecipou o ministro, advertindo que os bancos são um meio e não um fim.

O anúncio foi feito durante depoimento que prestou das 9h45 às 12h45 perante a bancada, no auditório Petrólio Portella, no Senado, em resposta a uma série de cobranças de parlamentares que diziam transmitir a revolta da sociedade com as elevadas taxas de juros. O deputado Iráji Rodrigues (RS), um dos quatro parlamentares que o interpelaram, chegou a pedir providências duras "para acabar com a enorme exploração dos bancos em cima da população brasileira" e sugeriu o tabelamento dos juros. Em resposta o ministro disse que "o lucro dos bancos tem que ser transformado em barateamento dos juros". No próximo dia 21 ou 22 (a data será ainda

definitiva, segundo informou o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique), Funaro voltará ao Congresso e falará no plenário da Câmara.

O ministro aproveitou seu encontro com a bancada do PMDB para assumir a responsabilidade por todos os erros cometidos pelo governo na área econômica. "Não sou homem de repetir o insucesso", afirmou, ao admitir que o ajustamento do Plano Cruzado que resultou na criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em julho do ano passado, foi insuficiente e que o Cruzado 2, baixado logo após as eleições de novembro, veio tardiamente, "porque o realinhamento de preços já estava passando ao largo do governo".

Medidas

O ministro anunciou um conjunto de medidas de curto prazo que ao mesmo tempo injeta dinheiro em atividades produtivas e se destina a aumentar a liquidez do mercado financeiro, o que pode contribuir para baixar as taxas de juros. As principais delas são um programa de socorro financeiro a Estados e municípios, ainda não quantificado; a aplicação de C\$ 37 bilhões num programa de construção de 250 mil moradias; a abertura de uma linha



O ministro Dilon Funaro expõe seus planos aos constituintes do PMDB

APLICAÇÕES DO BNDES EM 87		
Cz\$ milhões (dez 1986)		
	Aplicações	Part. %
Indústria	48,9	43%
Agricultura	12,5	11%
Energia	12,9	11%
Infra-estrutura	22,1	20%
Outros	16,3	14%
TOTAL	112,7	100%
Sector Privado	72,2	64%
FND	48,0	43%
FND para Projetos do Sector Privado	27,0	24%

Crescimento das aplicações em 1987 em relação a 1986: 137% (dados de 1986 provisórios e previsão de aplicações para 1987 com base no orçamento de dez 1986).

Vente: BNDES

AS APLICAÇÕES DO FND EM 87	
Cz\$ bilhões (dez 1986)	
Siderurgia	30,0
Energia Elétrica	30,0
Outros Setores de Base	6,0
Capital Bancos Regionais	1,5
Transporte e Infra-estrutura	18,0
Desenvolvimento Industrial	19,5
Agroindústria e Infra-estrutura	
Agrícola	12,0
Projetos de Tecnologia	3,0
TOTAL	120,0

Obs.: A preços médios de 1987 o captação do FND está estimada em Cz\$ 170 bilhões, cerca de 1,8% do PIB.

Meta de expansão econômica é de 7% ao ano

Do Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilon Funaro, 53, apresentou ontem à bancada do PMDB no Congresso constituente o plano de financiamento do desenvolvimento brasileiro no período de 1987 a 1991 que ele levará na próxima semana à comunidade financeira internacional. O plano tem como meta um crescimento anual da economia de 7% que o governo quer alcançar através do aumento da poupança interna e da redução, pela metade, das transferências líquidas de recursos ao exterior.

Nos últimos quatro anos, estas transferências alcançaram US\$ 34 bilhões, o correspondente a 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Admitindo uma taxa de crescimento demográfico de 2,3% ao ano, o plano estima o crescimento real nos próximos cinco anos em 4,2% anuais e uma elevação do PIB "per capita" superior a 20% no período de sua vigência.

prevê também o aumento do superávit de US\$ 8 bilhões previsto para este ano para US\$ 11 bilhões em 1991. O governo quer aumentar as exportações em 7% e as importações em 9%. Funaro só admite um superávit de US\$ 12 bilhões — como ocorreu em 1985 — quando o país estiver exportando US\$ 50 bilhões.

Para reduzir as transferências líquidas, o Brasil propõe aos credores internacionais a redução do custo médio da dívida (juros e "spreads" — taxas de risco — menores); refinanciamento parcial dos juros devidos até 1991 e a adoção de mecanismos de conversão para fugir às variações das taxas de juros, sobretudo no mercado norte-americano, maior credor brasileiro.

Para aumentar a poupança interna, o plano prevê uma combinação de esforços entre o aumento da poupança privada e a do setor público. A poupança privada foi estimulada por novos instrumentos de captação como a Poupança Pécúlio e o Programa de Aposentadoria Integral do Trabalho (Pait), além das taxas de juros vigentes no mercado.

No setor público, o plano prevê a adoção de preços e tarifas reais para produtos e serviços e a redução do déficit público de 2,9% do PIB em 1986 para 1,7% neste ano. A este acréscimo de receita somam-se Cz\$ 50 bilhões estimados para as captações deste ano da recém-criada Caderneta de Poupança Rural; Cz\$ 170 bilhões a serem arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) criado em julho de 1986 e acréscimos na arrecadação dos impostos indiretos sobre bebidas, cigarros e automóveis de passeio criados em novembro passado.

As áreas escolhidas como prioritárias para recebimento de investimentos no período de duração do plano são: energia elétrica, siderurgia, transportes, armazenagem, agricultura, agroindústria, insumos básicos (química, petroquímica, fertilizantes, papel e celulose etc), capitalização de empresas industriais privadas e desenvolvimento tecnológico. Só em recursos do FND deverão ser aplicados este ano nestes setores Cz\$ 120 bilhões. E o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá Cz\$ 84,6 bilhões para aplicar, contra Cz\$ 61,1 bilhões em 1986.



A economista Maria da Conceição Tavares e Severo Gomes chegam ao Senado

Plano muda juro e pagamento do imóvel próprio

Da Sucursal de Brasília

O governo acabará com os subsídios iguais para todas as faixas de salários dos mutuários que pagam a casa própria. O ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, disse ontem que esta será uma das principais medidas do pacote que o governo prepara para "o novo Sistema Financeiro de Habitação". As novas regras começam a ser aplicadas para o financiamento das 250 mil casas que o governo vai financiar este ano.

"Modificaremos desde a forma de pagamento até os juros", afirmou Schwartz, que minutos antes telefonara ao ministro da Fazenda, Dilon Funaro, para acertar o que seria divulgado. Schwartz foi surpreendido, em meio aos estudos do novo SFH, pela exposição de Funaro no Congresso, quando ele anunciou o financiamento das 250 mil casas. "Nos próximos quinze dias o projeto estará pronto", informou o ministro.

"Ricos e pobres terão tratamento diferente", afirmou o ministro, quando informou que o subsídio igual para todas as faixas de salários acabará. Pelas novas regras, apenas os mutuários que ganham até três salários mínimos (Cz\$ 4.104,00) terão subsídios diretos, através do bônus, por exemplo. Os que recebem até sete salários (Cz\$ 9.569,00) terão os juros subsidiados, e os que estiverem acima desta faixa, vão ter os juros apenas controlados.

O limite de financiamento em cinco mil OTN's (Cz\$ 910 mil) a juros de 12%, continua. Mas os SFH não financiará nenhum imóvel cujo valor seja acima das dez mil OTN's.

Divida e poupança

O ministro afirmou que a meta é elevar as reservas externas do país em US\$ 1 bilhão por ano. O plano

Para ministro, imposto não aumentou

Da Sucursal de Brasília

Não houve aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas em relação ao ano passado, disse o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, 53, em seu depoimento aos deputados e senadores do PMDB. Segundo Funaro, contribuintes com renda mensal entre cinco (Cz\$ 6.840,00) e vinte (Cz\$ 27.360) salários mínimos pagarão este ano o mesmo imposto que em 1986, e o aumento para os de renda superior a vinte salários mínimos

apenas compensará a perda de receita com a isenção total até a faixa de cinco salários mínimos.

Funaro citou dados de um texto da Secretaria da Receita Federal, distribuído ontem à imprensa, que explica as alterações promovidas pela lei 7.450, com a criação do sistema de bases correntes para cobrança do imposto. "No novo sistema, todos devem pagar o imposto à medida que recebem suas rendas e é por isso que não se faz mais a correção dos recolhimentos na fonte", justifica o texto da Receita.

Acompanhado de várias tabelas e simulações do pagamento de imposto, o documento da Receita informa que de uma população economicamente ativa de 55 milhões de pessoas, apenas 8 milhões declararam renda em 1985. Desse, 76% têm renda até dez salários mínimos por mês; acima de vinte salários mínimos — onde estão os contribuintes que passaram a pagar mais este ano — incluem-se apenas 7% dos declarantes do IR.

Exposição não convence todo o PMDB

Da Sucursal de Brasília

Três horas de debate com o ministro da Fazenda, Dilon Funaro, ontem de manhã no Senado, não bastaram para que a bancada do PMDB no Congresso constituente se convencesse de que a atual política econômica está correta e que deve ser apoiada sem reservas. A bancada dividiu-se entre um discreto voto de confiança ao ministro e muito ceticismo quanto aos caminhos que ele adotará para atingir as metas anunciadas ontem.

No final do debate, o senador

Afonso Camargo (PMDB-PR), 57, reconheceu que Funaro "saiu fortalecido" e recebeu um "voto de confiança" da bancada. Mas acrescentou: "Agora, voto de confiança você dá e tira, um cheque em branco a gente nunca dá".

A íntegra do pronunciamento do ministro Dilon Funaro no Congresso

É a seguinte a íntegra da fala do ministro da Fazenda, Dilon Funaro:

Sr. presidente Ulysses Guimarães
Sr. líder na Constituinte, senador Mário Covas
Sr. líder na Câmara dos Deputados, deputado Luiz Henrique
Sr. líder no Senado senador, Fernando Henrique Cardoso
Sr. líder do Governo, deputado Carlos Santiana
Senhores senadores
Senhores deputados
É chegada a hora de dizer aqui diante de meu partido com franqueza o que pensa o ministro da Fazenda de nossas dificuldades econômicas atuais.

Não desejo recordar que recebemos o país em descombotos. Nem quero me amparar nos resultados invejáveis que obteve o governo em 1985 e 1986 em termos de crescimento, expansão do emprego, subida de salários reais e redistribuição de renda.

Não, meus senhores. Quero falar da inquietação dos trabalhadores diante do futuro, do temor da perda do emprego ou da erosão do salário. Quero falar da insegurança dos homens e das mulheres que saíram às ruas para defenderem o Plano Cruzado e que imaginaram ter o governo capitulado aos grandes interesses. Quero falar dos 30 milhões de miseráveis que comecem a assumir a internet e total de responsabilidades pela política econômica. Não permito que sejam responsabilizados companheiros do Ministério da Fazenda ou do Banco Central. Não permito que sejam responsabilizados outros ministros da Economia. Não direi qual foi a minha posição nem direi também de meus esforços. Não sou homem de repetir o insucesso.

E preciso dizer que o Plano Cruzado esbarrou no congelamento prolongado acompanhado de um acúmulo de demanda, impulsionado tanto pela subida dos salários e do emprego, bem como pelo gasto público superior ao que seria adequado. O ajustamento tentado com o Cruzado em julho foi insuficiente. E as medidas do Cruzado II foram tardias. Mais que isto; vieram em meio a um movimento de remarcação de preços que passou inteiramente ao largo do controle do Governo. Foi impossível fazer um realinhamento ordenado de preços e salários.

A perplexidade e a insegurança tomaram conta da sociedade. Em um país tão heterogêneo, corporativizado e desigual, quando isto ocorre tende a se impor o particularismo das reivindicações e o maior descontentamento maior o temor diante do futuro.

Empresários querem remarcar preços não só para se ressarcirem de aumento de custos, mas

para saltar à frente da corrida inflacionária de preços que prevêm.

Trabalhadores não só pretendem ganhar positivos perdas salariais e obter ganhos reais conforme a produtividade. Buscam, também, aumentos de salários nominais que os coloquem ao abrigo de inflação futura.

Aplicadores financeiros provocam a subida dos juros à frente dos preços, ainda que ex-post, num momento de aceleração inflacionária, os juros podem parecer negativos. E banqueiros tratam de subir "spreads" aumentando sua rentabilidade às custas do capital produtivo ou, mesmo, de reduzir as aplicações por temor ao risco.

O livro desenvolvimento deste processo de explosão inflacionária desembocaria inevitavelmente na hiperinflação. E não preciso dizer aos senhores o que significa hiperinflação em termos econômicos, sociais e políticos.

Foi preciso acionar emergentemente os instrumentos da política fiscal e monetária para impedir que a desordem econômica e financeira se instalasse.

Tenho sido preferível fazer um realinhamento ordenado de preços e salários, repito. Mas não tivemos outra alternativa em meio a exacerbada das reivindicações incompatíveis, que minaram a capacidade de arbitragem do Estado.

O importante era e é impedir que esta situação se transforme num fator de prejuízo permanente ao desenvolvimento econômico, à criação de empregos, à subida de salários reais, à garantia de condições para a recuperação econômica que quem quer restabelecer a situação financeira, o desemprego, a recessão, o arrocho salarial e a volta à subserviência externa.

Hoje posso dizer que o perigo da hiperinflação está afastado. E que nosso problema neste momento é o de garantir o crescimento. Já tomamos medidas tributárias para crescer a renda disponível, bem como já anunciamos uma linha de crédito especial para pequena e média empresa, de 15 bilhões de cruzeiros, a taxa de juros favorecida.

Mas devo dizer ao meu partido que por expressa determinação do presidente José Sarney nítida medidas estão sendo adotadas.

Em primeiro lugar, deslançamos imediatamente um Programa de Reconstrução das Finanças Públicas Estaduais e Municipais. Nossos governadores encontraram, em geral, situações financeiras catastróficas.

Não podemos admitir que lhes falemos condições de cumprir os compromissos que tomaram em praça pública, nem muito menos que sejam reduzidos a condição de pedintes de verbas federais.

Determino hoje à Secretaria do Tesouro que estabeleça as condições para acompanhar o equacionamento dos problemas dos Estados e Municípios. Naturalmente, a reestruturação financeira atenderá às peculiaridades de cada estado ou município e levará em conta os esforços de disciplina financeira que estiverem disponíveis a realizar para viabilizar projetos de investimento que julguem prioritários.

Implementaremos também imediatamente por sugestão e sob o comando seguro do nosso companheiro ministro Deni Schwartz um programa de construção de 200 a 250 mil casas populares por ano através das COHABS e Cooperativas em um custo anual de 37 bilhões de cruzeiros. Em simultâneo, estamos abrindo uma linha de financiamento a longo prazo para

pequenas e médias empresas produtoras de material de construção civil, envolvendo recursos da ordem de 15 bilhões de cruzeiros.

No que diz respeito à agricultura, desejo dizer que:

1º) não faltaram recursos para a compra da safra agrícola. Mais ainda, atendendo a uma justa aspiração do setor, haverá automaticidade na liberação dos pagamentos;

2º) os recursos captados no valor de 10 bilhões de cruzeiros da Caderneta Rural do Banco do Brasil serão imediatamente aplicados;

3º) serão aumentadas as exigibilidades agrícolas dos Bancos Comerciais;

4º) serão imediatamente executados programas de consolidação e refinanciamento das dívidas dos agricultores que se fizerem necessários, quer no que diz respeito ao custeio, quer no que tange ao investimento, a prazo e juros compatíveis.

Além disso devo dizer que aprofundaremos o direcionamento de crédito, ampliando as linhas de financiamento especiais. Serão utilizados recursos disponíveis no sistema financeiro — a prazos longos e taxas adequadas à capacidade de pagamento das empresas — para reestruturar a dívida de pequena e médios empreendimentos em dificuldades.

Meus Senhores:

Tudo isto basta para devolver ao país a estabilidade monetária indispensável ao crescimento e a subida dos salários? Devo dizer com a mesma franqueza que não. Não basta.

Mas é preciso dizer alto e bom som que o remédio para nossos males não é a volta à política econômica da velha República. Que problemam ao país os saudosistas? Propõem o que praticaram: recessão, desemprego, arrocho salarial, saldos comerciais insuportáveis, monitoramento do FMI.

E eu pergunto: Não teriam ainda percebido que foi por isto que o povo hesitou no poder? Será que não se deram conta de que anseios populares expressos tão recentemente? Ou pretendem com o incitamento à insubordinação, com a crítica destrutiva e até com infâmias apenas desestabilizar o governo para reaplanificar o arbitrio?

Não, senhores, não voltaremos ao que o povo repeliu. Ao contrário prosseguiremos no nosso caminho, o caminho do crescimento, da justiça social, da defesa da soberania nacional e da busca da democracia substantiva.

Não, senhores, não nos afastaremos da orientação do presidente Sarney, manteremos a qualquer custo a filosofia do Plano Cruzado. Combateremos a inflação e a especulação financeira, sim, mas sem recessão, sem desemprego, sem arrocho salarial.

Há muitas soluções técnicas que nos podem o valor, como na política há também em economia o tempo certo para garantir a eficácia de qualquer medida. O governo sabe que medidas tomar e sabe o tempo em que devem ser tomadas. Não nos iludamos: a questão é muito mais complexa; é preciso recuperar a capacidade do governo de arbitragem dos interesses.

Mas ainda, é preciso que os vários setores da sociedade compreendam claramente que sem negociação e entendimento conduzidos sob a ótica do interesse coletivo, que é a única própria do partido político, não haverá solução econômica para os atuais interesses da maioria.

Esta é a grande lição que devemos recolher destes meses de dificuldades.

Senhores senadores
Senhores deputados

Já a lição que recolhemos nos últimos anos é a de que só asseguraremos uma trajetória de crescimento duradouro com estabilidade se for definitivamente resolvido o problema externo. A renegociação soberana da dívida não é solução para tudo; mas sem ela não há solução para nada. Não nos animo o confronto. O Brasil não é um país de aventuras. Mas nossa maturidade aconselha a encarar com realismo a situação internacional: não se sai de uma armadilha pedindo licença.

Em 20 de fevereiro o presidente Sarney, em lúcida e corajosa decisão comunicou à nação a suspensão temporária dos pagamentos de juros referentes à dívida de médio e longo prazo com bancos comerciais estrangeiros. Esta suspensão vigorará pela duração do processo de negociação de um acordo que satisfaça as partes envolvidas.

A decisão de estadista do presidente José Sarney representa — e preciso frisá-lo — um marco na maneira de tratar a questão da dívida e terá profundas repercussões, não apenas sobre a situação brasileira, mas também sobre o contexto internacional em que se desenvolve o problema do endividamento.

O presidente José Sarney anunciou que seu governo apresentaria aos credores uma proposta de negociação voltada para uma solução duradoura do problema do endividamento, em vez dos paliativos ou soluções provisórias implementados até agora.

A proposta que o Brasil levará ao exterior decorre de determinados objetivos internos, contidos no Programa de Financiamento de Médio Prazo — para o período 1987 a 1991 — que estou hoje apresentando ao meu partido.

O ponto de partida do Programa de Médio Prazo é a necessidade de garantir uma taxa média de crescimento em torno de 7% ao ano até 1991, o que corresponde à taxa média de crescimento nos últimos 40 anos. Uma taxa de crescimento inferior não permitiria gerar empregos em ritmo compatível com o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, reduzir o elevado grau de subemprego e desemprego estruturais que ainda subsiste na economia brasileira.

Isto significa que a política econômica estará orientada para assegurar um aumento superior a 20% ao PIB "per capita" no período de vigência do programa.

O governo reconhece a dificuldade de alcançar este objetivo, mas não vemos motivos para admitir que tenha ocorrido uma redução no potencial de crescimento da economia brasileira. Isto é, na sua taxa de expansão de longo prazo. Ao projetar para o futuro a taxa histórica de crescimento, o governo entende que persistem as características estruturais que impulsionaram o desenvolvimento brasileiro no pós-guerra; oferta de mão-de-obra em expansão, possibilidades de qualificação da força de trabalho, dinamismo empresarial, ritmo de incorporação do progresso técnico, disponibilidade de recursos naturais, diversificação da economia e do comércio exterior.

O principal fator limitativo das possibilidades de crescimento da economia brasileira é atualmente o elevado grau de endividamento externo

acumulados nos últimos anos e sujeito a condições onerosas. Estas circunstâncias vêm determinando pesadas transferências de recursos para o exterior. Durante os últimos quatro anos, o Brasil transferiu liquidamente US\$ 34 bilhões para o exterior.

A decisão de manter a taxa histórica de crescimento requer o estabelecimento de um limite à transferência líquida de recursos ao exterior. Esta redução da transferência é indispensável para assegurar o crescimento projetado, única garantia duradoura de manutenção da capacidade de pagamento do país.

Para sustentar taxas de 7% ao ano, o nível de investimento agregado terá que aumentar continuamente ao longo dos próximos anos. Esta ampliação do investimento requer um financiamento adicional que pode ser estimado em cerca de 5% do PIB. Isto envolverá um esforço expressivo de aumento da poupança interna do setor público e do setor privado. É não se diga que a sociedade brasileira já não está fazendo um gigantesco esforço de poupança. São os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento representados neste ano financiamentos da ordem de 170 bilhões de cruzeiros para criação de nova capacidade produtiva.

O financiamento adicional requerido não poderá advir exclusivamente de fontes internas. O indispensável esforço de poupança interna terá que ser complementado por uma redução de transferência líquida de recursos ao exterior, que absorve nos últimos três anos mais de 20% da poupança interna bruta.

A conclusão se impõe: o crescimento econômico brasileiro depende fundamentalmente de uma política que combine um esforço interno de investimento e poupança com uma contribuição externa na forma de redução do nível das transferências líquidas.

No período 1987-1991, mantidas as atuais perspectivas para o comércio internacional, a economia brasileira não poderá gerar saldos comerciais da ordem de 12-13 bilhões de dólares anuais, como em 1984 e 1985, sem comprometer seus objetivos de crescimento e de estabilidade. Admitindo-se um nível de financiamento externo adequado, a economia brasileira estará preparada para gerar um saldo comercial que aumentará dos 8 bilhões de dólares projetados para 1987, até 11 bilhões de dólares em 1991. O saldo comercial projetado manterá a transferência média de recursos reais em torno de 6 bilhões de dólares anuais, cerca de 2 a 2,5% do PIB.

A proposta brasileira de reestruturação da dívida externa tem como objetivo fundamental garantir a redução da transferência e conterá os seguintes elementos centrais:

a) redução expressiva do custo médio da dívida;

b) refinanciamento parcial e automático dos juros devidos no período 1987/1991;

c) adoção de diversos mecanismos de conversão, com vistas a controlar o crescimento do endividamento e reduzir a vulnerabilidade da economia e flutuações da taxa de juros internacional;

d) negociação da dívida externa não visa solucionar problemas imediatos de liquidez, e sim recompor mecanismos de financiamento de médio e longo prazos da economia. A evolução